



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
*Comitê de Tecnologia da Informação*

**ATA DA QUINTA REUNIÃO DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Aos onze (11) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito (2008), às nove horas e trinta minutos (09h30), no auditório "Procurador de Justiça João Bosco Carneiro," reuniu-se o Comitê de Tecnologia da Informação, constituído pela Portaria Nº 1.392/2007, publicada no Diário Oficial de Justiça do dia 11 de outubro de 2007 e composta pelos seguintes Membros: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcante, Promotor de Justiça Corregedor Alexandre César Fernandes Teixeira, Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, Diretora de Planejamento Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite, Coordenadora de Informática Maria José Gomes de Oliveira e o Programador Daniel Cavalcanti Lins Falcão.** A reunião foi coordenada pelo Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, que abriu os trabalhos submetendo à aprovação a ata da quarta reunião do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público; aprovada, todos os membros assinaram a referida ata e Dr. Alcides pediu para que a Diretora de Planejamento encaminhasse através de ofício uma cópia daquela à Procuradora-Geral de Justiça. Em seguida, Dr. Alcides informou aos presentes que o Dr. Cláudio Antônio Cavalcanti estaria ausente a reunião do Comitê, em vista de viagem a Promotoria de Justiça de Pedras de Fogo, acompanhando a Procuradora-Geral de Justiça. Dando seqüência, Dr. Alcides solicitou que consignasse em ata a nomeação dos nove (9) técnicos da área de informática, publicada no Diário da Justiça do dia oito de fevereiro do corrente ano, fato extremamente relevante, pois possibilitará a formação de uma equipe, embora pequena, para dar apoio técnico as decisões do Comitê.

Continuando Dr. Alcides solicitou que Arlinda entregasse uma cópia da Instrução Normativa de Informática aos servidores recém-nomeados e os convidasse para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia três (03) de março do ano em curso, com a finalidade de apresentá-los aos membros do COMTI. Ainda com a palavra, Dr. Alcides comentou sobre notícia veiculada no *site* institucional, sobre um *link* para abrigar os "classificados", pois convém observar se a implementação daquele, não fere o disposto no artigo 5º da Instrução Normativa que orienta a política geral de informática no âmbito do Ministério Público. Na seqüência, falou sobre a divulgação no site do Tribunal de Justiça sobre um cronograma de treinamento do sistema E-Jus, que contempla Magistrados, serventuários da Justiça e Advogados, mas não inclui os Promotores de Justiça. Ainda com a palavra, Dr. Alcides solicitou que fosse realizado contato com os técnicos do Tribunal de Justiça, para nessa fase de treinamento do E-Jus, verificar a possibilidade de incluir os técnicos do Ministério Público, com a finalidade deles começarem a conhecer as funcionalidades do sistema. Dr. Alcides propôs marcar uma reunião extraordinária do Comitê, com a presença do Coordenador do CEAF, Dr. José Raimundo de Lima, com a finalidade de finalizar a programação do Seminário de Informática, devido a exigüidade do tempo, já que a realização está prevista para os dias dez (10) e onze (11) de abril do corrente ano. A sugestão foi acatada por todos os presentes. Com a palavra Dr. Alexandre que se propôs a manter com Dr. Sérgio Tejada por telefone e quanto ao Dr. Petrônio Calmon disse que tentaria um contato pessoal quando de sua viagem a Brasília ainda esta semana. A Dr<sup>a</sup> Arlinda com a palavra falou que só expedirá ofício assinado por Dr<sup>a</sup> Janete ao Presidente do Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba para a participação dos técnicos com uma apresentação do E-Jus, após a confirmação dos palestrantes do Conselho Nacional do Ministério Público e do presidente da Comissão de Informatização dos Ministérios Públicos. Em seguida, Dr. Alcides comentou sobre a necessidade de publicar no site as peças processuais dos Procuradores de Justiça. Daniel ponderou que precisa desenvolver um sistema para organização do serviço, mas que atualmente está envolvido num trabalho para a Corregedoria-Geral. Porém, *a priori*, a alimentação dos arquivos pode ser realizada manualmente. Diante das circunstâncias, Dr. Alcides sugeriu que os Procuradores de Justiça remetessem os pareceres eletronicamente através de e-mail ou disquete a Assessoria do Colégio de Procuradores de Justiça, que ficaria responsável em transformá-los em arquivo *Adobe Reader* e os inserir no *link* do Colégio de Procuradores. A sugestão de Dr. Alcides foi acatada por todos os presentes e a Chefe do Departamento de Informática irá manter contato com a Assessora do Colégio de Procuradores de Justiça para viabilizar o processo de implantação manual, como projeto piloto, até que o programador desenvolva o sistema. Com a palavra Dr. Gustavo que de pronto esboçou um leiaute para a organização do sistema, com a seguinte rotina: Colégio de Procuradores, Peças Processuais e em seguida o desdobramento do tipo: por matéria; por Membro; Processo Cível; Processo Criminal e Data. A sugestão de Dr. Gustavo foi aprovada por unanimidade dos presentes e Daniel ficou de

desenvolver, futuramente, o sistema de acordo com o esquema sugerido. Em seguida, Dr. Alcides perguntou a Coordenadora Maria José sobre o andamento dos processos de informática. Maria José falou que as licitações ocorreram todas em dezembro do ano passado, e a situação atual é a seguinte: Cartuchos de Impressoras - Pregão Presencial número cinco (05) Licenças Windows XP - Pregão Presencial número três (03) , concluído e o material encontra-se na Instituição; os Pregões Presenciais números seis (06) e dez (10) de Segurança de Rede e Recarga de Cartuchos, respectivamente, foram adiados e ainda sem data de realização; Pregão Eletrônico número dez (10) – Equipamentos de Informática, concluído com as seguintes ressalvas: o item *scanner* foi entregue com as especificações em desacordo com o Edital e o item Notebook, com garantia ofertada diferente da exigida. O item impressoras não foi entregue até a presente data (o licitante teria vinte dias da data de homologação, que se venceu em dezessete de dezembro do ano de dois mil e sete). Maria José informou ainda que o pregoeiro estaria tomando as medidas legais cabíveis para resolver estas pendências. Acrescento que a adesão ao Registro de Preços do Ministério Público do Rio Grande do Sul para aquisição de microcomputadores está dependendo da assinatura do contrato pela HP, pois de dezembro até hoje já houve duas mudanças na diretoria da empresa, ocasionando a devolução do contrato para troca de nomes dos dirigentes, mas os equipamentos já estão prontos para remessa, dependendo apenas do cumprimento da formalidade legal. Na seqüência, ainda com a palavra Maria José também informou do processo para aquisição de licenças antivírus que se encontra na Comissão de Licitação aguardando os procedimentos de praxe. Com a palavra Dr. Alexandre que comentou sobre a forma inadmissível de trabalho no Departamento de Recursos Humanos, que ainda utilizam a datilografia para fazer anotações funcionais de Membros e Servidores. Disse ainda, que a Corregedoria-Geral já está em processo de informatização, com busca de documentos expedidos por via eletrônica. A Coordenadora Maria José informou que existe um sistema desenvolvido pela CODATA para o Recursos Humanos, mas até o presente momento não foram digitadas as informações em sua totalidade. A respeito deste assunto a Diretora de Planejamento Dr<sup>a</sup>. Arlinda sugeriu que se faça um projeto piloto, digitando todas as informações funcionais dos dezenove (19) Procuradores de Justiça e após verificar a emissão dos relatórios que o sistema oferece e realizar as implementações necessárias, se comece a digitar as informações funcionais dos Promotores de Justiça. Sobre este ponto o Dr. Gustavo considerou inadmissível a aquisição de um sistema de Recursos Humanos sem sua devida utilização. Disse ainda, que poderia se iniciar a digitação pelo critério de instância, conforme sugestão de Arlinda e, logo após, os Promotores de Justiça de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> Entrância. Em seguida, Dr. Alcides propôs que a secretária do Comitê expedisse ofício a Procuradora-Geral de Justiça sugerindo providências no sentido de determinar ao setor competente que contrate digitadores em caráter emergencial para a realização do trabalho sob a supervisão da Chefe de Departamento de Recursos Humanos e se estabeleça um prazo de

noventa (90) dias para digitar todas as fichas funcionais. Com a palavra o técnico Daniel que disse precisava questionar aos membros do Comitê por quanto tempo deveriam ficar disponíveis as edições dos Diários da Justiça no sítio do Ministério Público. No ponto, o Dr. Gustavo sugeriu que as edições do DJ devem ser disponibilizadas para consulta no *site* até dois (02) anos e edições anteriores armazenadas em mídia no Departamento de Informática, para atendimento mediante solicitação por escrito. Com a palavra, Dr. Alcides que solicitou a Dr<sup>a</sup>. Arlinda comentar sobre a visita que ela, Maria José e Daniel realizaram a Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça. A Diretora Arlinda fez as seguintes colocações: O Tribunal de Justiça está bastante avançado na área de tecnologia da informação, pois existe um fator bastante considerável, que possibilita esta situação, ou seja, só como exemplo, o orçamento de 2008 para a informática é na ordem de oito milhões de reais (R\$ 8.000.000,00), que em termos comparativos, representa o montante de custeio e investimento do Ministério Público para o mesmo exercício. Disse ainda, que a equipe é formada por cinquenta e dois (52) servidores, mas, mesmo assim, eles contrataram uma consultoria para o desenvolvimento de sistemas, em virtude de que a tecnologia da informação é um processo em constante avanço, e como o custo e investimento/tempo para atualizar os profissionais da área é bastante elevado, eles resolveram que os consultores preparariam os sistemas, numa ação conjunta com os técnicos do Tribunal, de forma que ao final, o TJPB, fique com os documentos e tecnologia do programa. Falou que fazem cessão de uso dos equipamentos obsoletos, pois só utilizam um microcomputador até três (03) anos após o término da garantia, evitando com isto a contratação de muitos serviços de conserto. Os técnicos do TJ disponibilizaram os registros de preços de informática, bem como se prontificaram a expor as funcionalidades do E-Jus quando da realização do Seminário de Informática, sendo necessário apenas que seja oficializado o convite ao Presidente e, com bastante antecedência, porque eles precisam agendar. Diante do exposto, o Dr. Alexandre César mostrou-se preocupado com o orçamento de informática da Instituição e informou que vai solicitar sua participação na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2009. Na seqüência, Dr. Alcides comentou que Dr<sup>a</sup> Janete privilegiou a informatização do Ministério Público no orçamento de 2008 e ainda, disponibilizou a arrecadação do concurso de servidores para gastos com investimento em tecnologia da informação. Em seguida, Dr<sup>a</sup>. Arlinda falou sobre a rede de internet, informando aos Membros que já encaminhou expediente a Assessoria de Arquitetura solicitando os projetos e leiautes de todas as Promotorias de Justiça do Estado e apresentou uma proposta da empresa TRIADE para atuar como consultora na elaboração do edital de licitação. Neste momento, Dr. Gustavo fez uso da palavra e comentou sobre sua preocupação com referência aos investimentos sem a elaboração de um Plano Diretor de Informática - PDI, que, certamente, nos ajudaria a definir metas e ações. Com a palavra, Arlinda que informou aos Membros do Comitê que essa preocupação, ela e a Dr<sup>a</sup> Maria José já tinham tido em 2006, mas como os recursos orçamentários/financeiros eram escassos,

tiveram que decidir entre a elaboração do PDI ou a implantação da Intranet, e em vista do custo/benefício, bem como, com o aval de Dr<sup>a</sup> Janete, optaram pela Intranet. Logo após, Dr. Alcides fez uso da palavra, e esclareceu que a razão de sua participação no Comitê de Informática está diretamente relacionada ao fato de que ele é responsável, no Planejamento Estratégico da Instituição, pela Informatização do Ministério Público. Diante disto, Dr. Alcides ponderou que em todas as reuniões foram discutidos assuntos que estão listados nas ações estratégicas. Disse ainda que entendia a colocação de Dr. Gustavo e, em vista de que o mesmo concluiu doutorado na área de tecnologia da informação, sugeriu que o mesmo elaborasse um planejamento, disciplinando as ações na área de informática e também fizesse uma análise da proposta apresentada pela TRIADE. Dr. Gustavo concordou com a sugestão e se propôs a elaborar o documento para apresentar na próxima reunião ordinária do Comitê, bem como ficou com a proposta da TRIADE, para analisar e emitir opinião, remetendo-a para o e-mail institucional da Dr<sup>a</sup>. Arlinda. Ainda com a palavra, Dr. Gustavo solicitou que Maria José informasse as atribuições dos técnicos nomeados para a área de informática. Maria José explicou que foram nomeados nove (09) servidores, sendo que oito (08) para João Pessoa, conforme distribuição: quatro (04) Analistas de Sistemas (Programador); dois (02) Analistas de Sistemas (Suporte); um (01) Auxiliar Técnico de Promotoria/Técnico em Informática (WEB Designer) e um (01) Auxiliar Técnico de Promotoria/Técnico em Informática (Suporte) e um (01) Auxiliar Técnico de Promotoria/Técnico em Informática (Suporte) para Campina Grande. Arlinda ainda fez uso da palavra, para informar aos membros do Comitê, que o TJ utiliza o banco de dados *Oracle*, pois têm suporte técnico especializado, enquanto que no software livre, eles ficam dependendo de "comunidades" quando se deparam com dificuldades. Quando se trata de editor de textos, eles adotam o BrOffice, software livre. Dr. Gustavo comentou que o software livre é um padrão determinado pela União Européia. Diante das explicações, Dr. Alcides, sugeriu e todos os presentes concordaram, que o Comitê recomenda, prioritariamente, que seja instituído o software livre para o desenvolvimento dos sistemas da Instituição. Maria José falou aos presentes da necessidade de contratar consultoria, tanto para a elaboração do edital de licitação para os serviços de instalação da *Rede WAN*, conforme proposta da TRIADE apresentada por Arlinda, quanto para o desenvolvimento dos sistemas, a exemplo da experiência relatada pelo Tribunal de Justiça. Na ocasião, todos os presentes foram unânimes em concordar com a contratação das consultorias e Dr. Alcides solicitou que o Departamento de Informática fizesse uma pesquisa no mercado e apresentasse as propostas na próxima reunião ordinária. Em seguida, Arlinda falou sobre estudos técnicos realizados para a implantação da Rede Wi-Fi no âmbito do prédio sede da Instituição, dizendo que, por motivo de segurança e contenção de custos, sugeria instalar o serviço apenas nos lugares de maior fluxo de pessoas, ou seja, no Gabinete do Procurador-Geral, Corregedoria-Geral do Ministério Público e Auditório, ainda assim, o acesso só seria permitido após o registro do notebook no Departamento

de Informática e, após algumas ponderações sobre o assunto, todos os presentes acataram a sugestão por unanimidade. A partir de considerações realizadas pelo Dr. Alexandre César a respeito da aquisição de equipamentos portáteis, com a palavra o Dr. Alcides expôs a necessidade de se adquirir dezenove (19) notebooks para os Gabinetes de Procuradores de Justiça, pois considera inadmissível, nos tempos atuais, o Procurador de Justiça ir às sessões das Câmaras e/ou do Tribunal Pleno com uma pasta contendo até noventa (90) pareceres, por exemplo, e lá ficar folheando-os a procura do documento a ser apreciado. Diante da exposição de Dr. Alcides, todos os membros presentes, concordaram em realizar a aquisição dos equipamentos, com a ressalva de Dr. Gustavo, de que se deveriam adquirir apenas dezesseis (16) notebooks, o Procurador-Geral, Subprocurador-Geral e Corregedor-Geral, já possuem notebooks por doação da Receita Federal. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos e Eu, \_\_\_\_\_, Secretária, lavrei a presente Ata que assino com os demais Membros do Comitê de Informática. João Pessoa, 11 de fevereiro de 2008.

**Alcides Orlando de Moura Jansen**  
Procurador de Justiça – Coordenador

**Cláudio Antônio Cavalcanti**  
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

**Alexandre César Fernandes Teixeira**  
Promotor de Justiça Corregedor

**Gustavo Rodrigues Amorim**  
Promotor de Justiça

**Arlinda M<sup>a</sup> Pimentel R. Leite**  
Diretora de Planejamento

**Maria José Gomes de Oliveira**  
Coordenadora de Informática

**Daniel Cavalcanti Lins Falcão**  
Programador